



AO ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.083/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.581/2025

A empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65**, sediada no endereço Rua PEDRO LUIZ SOUZA, Nº 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. Abílio Martins Júnior, portador da carteira de identidade nº 105.644926 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 070.018.537-20, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar em tempo hábil apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto em processo licitatório pela empresa CONCEPT WORK LTDA, com sede a Rua Francisco Lopes, nº 156, Bairro Sociedade Fluminense, Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 97.536.186/0001-30 fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo demonstrado:

I - SÍNTESE DA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar o correto e assertivo julgamento proferido pelo Sra. Pregoeira que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou esta empresa pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

E conclui a sua irresignação pleiteando a inabilitação da empresa vencedora no certame em questão, pelo simples fato de não lograr êxito na fase de disputa de preços diante da incapacidade de ofertar valores mais vantajosos, ou ainda por eventualmente não cumprir plenamente o que consta preconizado no que se diz respeito a fase de habilitação existentes no instrumento convocatório.

Entretanto, "*data maxima venia*" dos nobres patronos "*ex-adversos*", tudo quanto postulam não faz o Recorrente o mais remoto jus, estando o presente feito fadado ao mais cediço e rotundo insucesso, ainda mais quando o recurso não traz em seu bojo adequado enfrentamento das razões que ensejam o seu pedido. É o que procurará demonstrar a Recorrida, no decorrer destas Contrarrazões.



II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DA LEGITIMIDADE PARA CONTRARRAZOAR

Preliminarmente, registra-se que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados.

Portanto, a contrarrazoante é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.

Ademais, a própria legislação indica o direito de resposta na interposição de recursos, como forma de defesa e de esclarecimento aos pontos indicados pela parte contrária.

DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o prazo para apresentação das contrarrrazões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

“Art. 165...

I - Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

*I - recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;



II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

(...)

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Por fim, vale ressaltar também que o **subitem 22.7 do instrumento convocatório**, concede o prazo previsto em Lei para apresentação de contrarrazões:

“22.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. ”

Devidamente comprovada a tempestividade desta contrarrazão, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

III - DOS FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município que tem como objeto CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano., ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº **90.083/2025**.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando os princípios que balizam as contratações públicas e atendimento fiel as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o

End. Rua Pedro Luiz Souza, Nº 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165

TEL: (22)2665-7393

E-MAIL: clinicaveterinariabompastor@gmail.com



que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS e INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou esta vencedora como **HABILITADA** em decorrência da melhor proposta e pleno atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no instrumento convocatório.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

IV - DAS RAZÕES ALEGADAS

Preliminarmente, antes de ser adentrado as razões apresentadas pelo licitante que não logrou êxito em sua participação no certame em face das falácias contidas e citações diretas a esta empresa vencedora, detentora da melhor proposta e devidamente habilitada, visando corroborar a análise decisória a ser proferida pelo Sra. Pregoeira e Autoridade Competente, se segue esta contrarrazão da seguinte forma:

O presente instrumento **pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos**, uma vez que é sabido, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Sra. Pregoeira, decidiu sabiamente quando **HABILITOU** a contrarrazoante por atender integralmente as exigências edilícias de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o **PLENO DIREITO** de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em **frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório**, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR SERVIÇOS DE GUARDA E MÉDICOS VETERINÁRIOS**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com clara demonstração de inconformismo.

A petição traz manobras argumentativas descabidas, para tentar confundir e ludibriar o correto julgamento do certame e pior ainda suscitar uma incapacidade técnica dos membros



julgadores e condutores do procedimento licitatório, fato este que beira o absurdo. Ocorre que tal possibilidade revela-se INCABÍVEL perante aos argumentos apresentados na falha tentativa de propor a inabilitação desta vencedora.

- **DA ALEGAÇÃO QUANTO OMISSÃO DE APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Em sede das razões apresentadas pela recorrente ao ponto supramencionado, fica evidente a confusão que tenta criar a algo simples e superado no curso da condução do ato licitatório. Destaca-se que em momento algum conforme registrado nas mensagens via chat da plataforma do Pregão Eletrônico – ComprasGov, foi solicitado envio de tal planilha, vejamos:

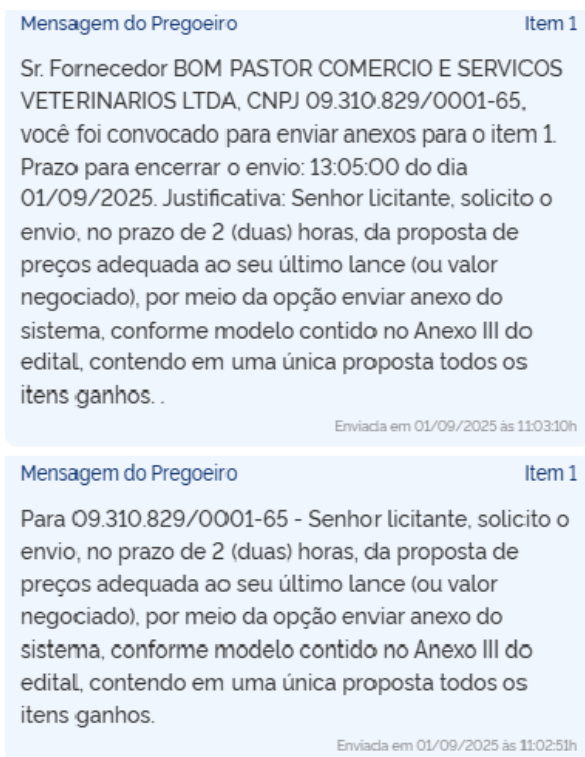


Figura 01 – Mensagem Chat ComprasGov – PE 90083/2025 - NF



Destaca que única previsão quanto a planilha em questão se encontra disposta no item 13.6 do edital, da seguinte forma:

“13.6 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.”

E notório que a aplicabilidade deste item, não condiz com o objeto licitado, corroborando este entendimento, não constava tal planilha disposta no edital como algum anexo e muito foi requerida sua apresentação.

É possível verificar ao analisar que o ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do edital, encontra-se disposta contendo informações, quanto: “Item, descrição dos serviços, u/c, quant., preço unitário/total”. Na mesma toada o Anexo III, traz modelo de proposta de preços. Logo não há previsão de planilha analítica de custos. A Recorrida apresentou a proposta em conformidade ao modelo disponibilizado, atendendo integralmente ao instrumento convocatório.

O TCU consolidou variados entendimentos de que a planilha de custos só deve ser exigida em contratações com objetos distintos deste certame, como por exemplo: serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

O objeto do certame consiste em serviços veterinários e de guarda temporária de animais, com fornecimento integral de insumos, medicamentos e equipamentos. Não há contratação de mão de obra exclusiva. Portanto, não se aplica a exigência de planilha analítica de custos.

Desta forma, a Recorrida cumpriu o edital e a legislação. A ausência de planilha detalhada não constitui vício, mas mera interpretação equivocada da Recorrente.

- **DA ALEGADA IRREGULARIDADE NO ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA**

A tese apresentada pela recorrente, não merece prosperar, vejamos previsto no item 18.1 do edital:

“18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por



meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.”

O edital exige apenas **atestados ou certidões**, não notas fiscais, contratos, valores ou quantitativos detalhados, como pleiteia a Recorrente. E ainda não havendo qualquer previsão de a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) ou prazos execução ou qualquer coisa correlata.

O atestado emitido pela RPX Comercial e Serviços Ltda. declara que a Bom Pastor executou, de forma satisfatória, os objetos descritos no documento.

Ou seja, o documento descreve exatamente os serviços previstos no Termo de Referência.

No presente caso, não há qualquer prova de irregularidade. O atestado é válido e suficiente para comprovar a aptidão da Recorrida.

- **DO QUESTIONAMENTO/DÚVIDAS DA REORRENTE AS CLÁUSULAS DO EDITAL EM MOMENTO INOPORTUNO**

É de conhecimento ou deveria ser, por parte dos licitantes, que caso tenha dúvidas quanto algum aspecto de uma licitação que quer participar, realizar medidas administrativas visando sanar qualquer aspecto que não foi compreendido, muito embora as vezes tais condições presentes de forma expressa, clara e objetiva, porem como nem todos e em especial a recorrente não é capaz de interpretar. Sendo assim está previsto na legislação que qualquer pessoa ou licitante desde que tempestivamente, pode requerer mediante formulação de pedido de esclarecimentos ao órgão visando dirimir dúvidas ou sua incompreensão de algo disposto.

Neste presente caso, a recorrente não realizou qualquer pedido de esclarecimento e também não realizou qualquer pedido de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 90083/25. Desta forma deixando subentendido a administração que concorda com todas clausulas existentes diante da ausência de qualquer manifestação prévia e mais ainda ao participar do ato licitatório cujo conforme relatório de declarações, assinalou que:



“Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. ”

Desta forma, como pode a empresa recorrente ter declarado que tem ciência de inteiro teor do ato convocatório e concordar com suas condições e agora em sede de recurso administrativo requerer um entendimento diferente e distinto ao que declarou e teve conhecimento visando a inabilitação desta empresa legitimamente vencedora e habilitada?

Conforme exposto, caso tivesse dúvidas ou não concordasse com algo, a recorrente não deveria ter declarado algo que não está concordo agora, e assim em momento oportuno deveria ter solicitado esclarecimentos ou até mesmo impugnado a licitação para o que julgasse necessário.

O edital é o meio que se vinculam as partes, sendo a lei interna da contratação e as obrigações a serem cumpridas. Não sendo possível após sua fase externa licitatória iniciada alterar ou exigir algo não previsto anteriormente. Caso isso ocorresse seria ferir os princípios de vinculação instrumento convocatório, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, impessoalidade, interesse público, julgamento objetivo, legalidade, moralidade, planejamento, publicidade, razoabilidade, transparência e dentre outros.

Sem restar qualquer dúvida diante da mais correta conduta até o presente momento por parte dos servidores do município de Nova Friburgo envolvidos na condução deste certame, em face da brilhante e correta atuação a cada aspecto necessário ao bom tramite desta contratação, iriam neste momento assistir qualquer razão ao recorrente. Por deterem amplo conhecimento e adotar medidas seguras e acertadas. Sendo certo que jamais será ferido qualquer princípio básico previsto para as licitações. Em especial da vinculação instrumento convocatório, em face do atendimento pleno desta vencedora, do julgamento objetivo e merecendo destaque o princípio da economicidade em vistas da proposta vencedora ter gerado relevante economia os cofres públicos na contratação e obviamente a todos os demais princípios.

Somente pelo inconformismo adotado pela recorrente em sede de seu recurso, a fim de tentar apresentar razões infundadas e sem efeito a prosperar e que efetivamente somente presta função de frustrar o interesse público e ocasionar morosidade ao ato licitatório em face dos prazos recursais existentes até sua análise e decisão.



- **DO NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO COM INTENÇÃO DE TUMULTUAR O PROCESSO LICITATÓRIO**

Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na proposta da Recorrida, tão pouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.

Assim, verifica-se que a intenção da Recorrente tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, exercendo seu *jus sperniandi* – direito de recorrer - de forma abusiva e sem qualquer fundamento fático ou jurídico em total desconformidade com a jurisprudência e melhor doutrina.

Nestes termos, apenas por amor ao debate, faz-se necessário saber que inabilitar a Recorrida sob tais argumentos infundados seria deturpar as finalidades da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame baseada em alegações sem nenhum fundamento legal visando impedir a contratação da Recorrida que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital.

A Recorrente, indiscutivelmente, conforme provado/demonstrado nas presentes contrarrazões não conseguiu comprovar o que alega, qual seja que a RECORRIDA não atendeu às exigências do ato convocatório, apresentando recurso com o único intuito de tumultuar o certame licitatório.

Neste contexto, face ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório a habilitação e classificação da RECORRIDA deve ser mantida, pois se deu em consonância com a disposição contida no Edital e seus Anexos, bem como com as normas legais em espécie.

V – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o recebimento das presentes contrarrazões de Recurso, pelos argumentos anteriormente expostos, para ao final NÃO CONHECER o recurso apresentado, com a manutenção da decisão anteriormente deliberada pela classificação, habilitação e adjudicação do objeto licitado pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **09.310.829/0001-65**,

Requer ainda:



- I - Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;
- II - Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;
- III - Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e
- IV - Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Diante dos fatos narrados e pelas contrarrazões acima aduzidas, a ora Recorrida requer ao Exma. Sra. Pregoeira, que seja declarada a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do recurso ora impugnado, e, o que remotamente não se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, sejam enviadas as presentes contrarrazões à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Araruama, 10 de setembro de 2025

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS
VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ nº 09.310.829/0001-65
Abílio Martins Júnior
CPF nº 070.018.537-20
Sócio Administrador